

GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTES METROPOLITANO

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Índice

Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023	10

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

ATIVO	NOTAS	2023	2022
CIRCULANTE			Reclassificado Nota final 29
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	80.470.406	78.902.617
Contas a Receber GRCTM		719	25.497
Estoques	5	170.380	169.519
Impostos a Recuperar	6	1.522.742	1.298.321
Adiantamentos a Empregados e Outros	7	6.421.603	6.264.337
Despesas Pagas a Regularizar		-	1.208.498
Outras Despesas Correntes	8	5.104.017	44.133.472
TOTAL DO CIRCULANTE		93.689.867	132.002.261
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	9	8.786.792	8.109.237
Imobilizado	10	3.997.759	4.254.623
Intangível	11	2.449.307	2.707.961
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.233.857	15.071.821
TOTAL DO ATIVO		108.923.724	147.074.081

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	NOTA	2023	2022
CIRCULANTE			Reclassificado Nota final 29
Fornecedores	12	100.221.641	134.749.638
Salários e Encargos Sociais	13	25.476.483	10.335.460
Impostos, Taxas e Contribuições	14	2.692.729	8.237.493
Valores Restituíveis	15	6.044.502	6.044.502
Conta Corrente – STPP	16	65.678.936	65.560.543
Depósito de Terceiros	17	5.732.861	4.272.442
Depósito para Recursos e Judiciais		-	1.058.526
Outras Obrigações		1.847.415	2.396.277
TOTAL DO CIRCULANTE		207.694.567	232.654.882
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	18	52.782.971	49.285.883
Resíduos de Créditos STPP	19	69.251.130	69.251.130
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		122.034.100	118.537.013
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		
Capital Social Subscrito		1.000.000	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar		(424.300)	(424.300)
Prejuízos Acumulados		(256.372.053)	(239.684.925)
Crédito para Futuro Aumento de Capital		34.991.410	34.991.410
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(220.804.943)	(204.117.815)
TOTAL DO PASSIVO		108.923.724	147.074.081

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>NOTA</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
			Reclassificado
Receita Operacional Líquida	21	1.532.764	1.599.108
Custo dos Serviços Prestados		(370.246.624)	(362.687.983)
Lucro Bruto		<u>(368.713.859)</u>	<u>(361.088.875)</u>
(Despesas) receitas Operacionais			
Gerais e Administrativas	22	(61.588.693)	(110.440.135)
Pessoal e encargos	23	(49.155.021)	(68.138.743)
Tributárias	24	(486.202)	(114.664)
Outras Despesas Operacionais	25	(598.060)	(2.243.131)
Outras Receitas Operacionais	26	6.444.999	7.603.437
Transferências líquidas do Tesouro Estadual	27	456.304.629	479.735.816
Lucro Operacional antes do resultado financeiro		<u>350.921.652</u>	<u>306.402.580</u>
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras		1.391.681	782.089
Despesas Financeiras		(286.603)	(272.661)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		<u>1.105.078</u>	<u>509.428</u>
Prejuízo do Exercício		<u>(16.687.129)</u>	<u>(54.176.867)</u>
Prejuízo por lote de 1.000.000 ações do Capital Social no final do exercício		(16,69)	(54,18)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Outros Resultados Abrangentes	(16.687.129)	(54.176.867)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(16.687.129)</u>	<u>(54.176.867)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2021	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(211.637.693)</u>	<u>(176.070.583)</u>
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(211.637.693)</u>	<u>(176.070.583)</u>
Prejuízo do exercício				<u>(54.176.867)</u>	<u>(54.176.867)</u>
Saldos do Exercício em 31/12/2022	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(265.814.560)</u>	<u>(230.247.450)</u>
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(239.684.925)</u>	<u>(204.117.815)</u>
Prejuízo do exercício				<u>(16.687.129)</u>	<u>(16.687.129)</u>
Saldos do Exercício em 31/12/2023	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(256.372.053)</u>	<u>(220.804.943)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do exercício	(16.687.129)	(54.176.867)
Depreciações e amortizações	624.479	679.765
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.497.087	1.580.642
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.055	784.559
Prejuízo Líquido Ajustado	<u>(12.532.508)</u>	<u>(51.131.901)</u>
Aumento (diminuição) de Ativos		
Contas a Receber	(8.277)	49.660
Estoques	(861)	92.309
Impostos a Recuperar	(224.421)	(46.763)
Adiantamentos a Empregados e Outros	(157.266)	(172.640)
Despesas Pagas a Regularizar	1.208.498	166.040
Outras Despesas Correntes	39.029.455	(41.814.331)
Depósitos Judiciais	(677.555)	(1.401.665)
	<u>39.169.574</u>	<u>(43.127.389)</u>
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	(34.527.997)	67.467.890
Salários e encargos sociais	15.141.023	23.922.893
Impostos, taxas e contribuições	(5.544.764)	5.193.031
Conta Corrente STPP	118.392	(2.032.584)
Depósito de Terceiros	1.460.418	660.641
Depósito para recursos judiciais	(1.058.526)	1.058.526
Outras Contas a Pagar	(548.862)	(120.402)
	<u>(24.960.317)</u>	<u>96.149.993</u>
Caixa Líquido Proveniente (Usado) das Atividades Operacionais	<u>1.676.750</u>	<u>1.890.704</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(88.983)	(1.224.936)
Intangível	(19.979)	-
Total das Atividades de Investimentos	<u>(108.961)</u>	<u>(1.224.936)</u>
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	<u>1.567.789</u>	<u>665.768</u>
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	78.902.617	78.236.849
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	80.470.406	78.902.617
Variação no Caixa e Equivalentes	<u>1.567.789</u>	<u>665.768</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

	2023	2022
RECEITAS	461.949.397	479.012.402
Transferências e delegações recebidas	456.304.629	479.778.495
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.532.764	1.328.787
Outras receitas	6.444.999	270.321
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.299.940)	(1.575.542)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.055)	(789.659)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(370.908.018)	(332.858.731)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(370.246.624)	(277.184.339)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(661.394)	(55.674.392)
VALOR ADICIONADO BRUTO	91.041.379	146.153.670
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (retenções)	(624.479)	(679.765)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	90.416.900	145.473.905
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.391.681	782.089
Receitas financeiras	1.391.681	782.089
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	91.808.580	146.255.993
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	91.808.580	146.255.993
Pessoal	98.381.458	190.409.916
Remuneração direta	95.840.415	187.839.456
FGTS	2.541.043	2.570.460
Impostos, taxas e contribuições	9.010.608	8.659.592
Federais	8.666.850	8.601.259
Municipais	343.757	58.334
Remuneração de capitais de terceiros	1.103.643	1.363.352
Juros	81.926	272.661
Aluguéis	1.021.717	1.090.691
Remuneração de capitais próprios	(16.687.129)	(54.176.867)
Lucros retidos/prejuízos do exercício	(16.687.129)	(54.176.867)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundamentado na Lei nº 11.107, o **GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTE METROPOLITANO** foi criado em 2008, após a extinção da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU/Recife), sendo pioneiro na implantação de consórcio de transporte público de passageiros no país.

Com um quadro operacional de 230 (duzentos e trinta) servidores efetivos, 26 em cargos comissionados, 19 extra quadro e 350 (trezentos e cinquenta) servidores terceirizados, o Grande Recife é o órgão gestor de um sistema constituído por 10 operadoras de ônibus, 26 Terminais Integrados, 01 Terminal de Passageiros, 80 Mini Terminais funcionais, 46 Estações de BRTs, sendo 31 em operação, 6 interditadas por obras na via e 7 interditadas por pendências de obras, e 02 Corredores Exclusivos de Ônibus, transportando cerca de 1.812.323 milhão de passageiros, aproximadamente, por dia.

Com a publicação da Lei nº 15.275/2014, de 29 de abril de 2014, que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, relativo ao exercício de 2014, passou o CTM, no decorrer de 2014, a utilizar o sistema E-FISCO, sistema de controle orçamentário, financeiro e contábil, desenvolvido pela SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, para registro de seus atos e fatos administrativos, considerando que o Consórcio se encontra na qualidade de estatal dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, Art. 2º, Inciso III.

Por ser uma estatal dependente, o CTM recebe do ente controlador, ESTADO DE PERNAMBUCO, recursos financeiros para pagamento de suas atividades operacionais. Devido a isto, pode-se afirmar que apesar do resultado das demonstrações contábeis, o CTM continuará em pleno exercício de suas funções.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade - IFRS, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e modificações posteriores.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Sociedade em 15 de abril de 2024.

O CTM passou a atender, de forma suplementar, em função da utilização do sistema E-FISCO, os ditames de acordo com as práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, adotadas no Brasil, com base na Lei nº 4.320/64.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, apresentadas de forma comparativa seguindo as diretrizes contábeis descritas abaixo.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos em bancos conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e Bancos Contas Vinculadas. Estes valores compreendem 03 (três) fontes de recursos: 1) Recursos do Sistema de Transporte Público de Passageiros, oriundos da Bilhetagem Eletrônica; 2) Recursos Próprios; e 3) Repasses recebidos do Governo do Estado de Pernambuco para custeio das suas atividades operacionais.

As aplicações financeiras são realizadas na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB (pré-fixados ou pós-fixados), Fundo de Investimento Financeiro – FIF e foram classificadas como Disponibilidades do Consórcio em função da possibilidade de resgates imediatos livre de oscilações relevantes quanto aos valores resgatáveis. Constituem-se por depósitos bancários à vista, investimentos em Renda Fixa de alta liquidez, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das Demonstrações Contábeis.

3.2 Clientes e outros créditos a receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos, e estão ajustados pela constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

Os outros créditos correspondem aos valores referentes a Adiantamentos Diversos (funcionários e terceiros). Os pagamentos antecipados a empregados correspondem a adiantamentos feitos a funcionários por conta de salário mensalmente recebido, bem como, 13º salário, férias e empréstimos, por ocasião das férias previstas em acordo coletivo de trabalho, por opção do empregado.

3.3 Tributos a Recuperar

Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRRF e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente devido a não incidência de atualização monetária sobre os mesmos.

3.4 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de mercado.

3.5 Depósitos Judiciais

O depósito judicial é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto e a penhora. No Consórcio, os depósitos judiciais são contabilizados e individualizados por processo.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, as taxas utilizadas são as mencionadas na nota explicativa 10, em função da vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Ativos Imobilizados	Idade
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

3.7 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade.

Os ativos intangíveis adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

3.8 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e contratação de serviços. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

3.9 Outras obrigações a pagar

As outras obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Atendendo ao princípio da relevância contábil, as obrigações sociais que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram consideradas isentas de despesas de juros.

3.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso será reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente

certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

Provisões para Contingências

A sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto dos valores provenientes do Capital Social Integralizado, dos Prejuízos Acumulados e Transferências Governamentais para futuro aumento de capital.

3.12 Apuração do Resultado

O Resultado do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Bancos		
Conta Única	34.423	34.040
Outras Contas	70.389.599	70.737.134
Aplicações Financeiras	10.046.383	8.131.443
	80.470.406	78.902.617

São mantidos em bancos e aplicações financeiras, os recursos correspondentes ao recebimento da arrecadação para carregamento do Vale Eletrônico Metropolitano (VEM), do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP, sendo de responsabilidade do Consórcio o controle dos recursos para serem repassados às concessionárias e permissionários no momento do resgate dos créditos dos usuários.

Constam ainda no saldo das disponibilidades, montantes de recursos aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco, para custeio das atividades operacionais do Consórcio. Estão presentes também em contas específicas os recursos recebidos do Estado, que são mantidos em aplicações financeiras para fins específicos de investimentos.

Os recursos próprios do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano são representados por montantes recebidos pelo aluguel de box no Terminal de Passageiros do Cais de Santa Rita, comercialização de Carteiras de Estudantes e Livre Acesso, RVPO – Recurso de Veiculação de Publicidade em Ônibus, propagandas em abrigos e paradas de ônibus, multas sobre operadoras e Multas de transporte clandestino, e locação de espaço nos Terminais Integrados, para instalação de caixas eletrônicos 24h.

4.1 Composição do saldo das disponibilidades

O saldo das contas de caixa e equivalentes de caixa, constantes no balanço patrimonial, não representam o saldo real dos recursos disponíveis pelo Consórcio, tendo em vista que não houve saldo orçamentário para o registro de pagamentos a fornecedores e outros pagamentos, em sua maioria de natureza orçamentária, cujo valor consta na coluna “Lançamentos não Contabilizados”. Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos adicionais para a regularização desses valores.

	Saldos em 31/12/2023	Lançamentos Não Contabilizados	Saldo Real em 31/12/2023
Conta Única	34.423	-	34.423
Contas Bancárias Diversas	70.389.599	(69.914.902)	474.697
Aplicações Financeiras	10.046.383	-	10.046.383
	80.470.406	(69.914.902)	10.555.504

A quantia constante da coluna lançamentos não contabilizados, acima, por falta de dotação orçamentária, compõe-se dos valores a seguir demonstrados:

Descrição	R\$
Fornecedores	58.430.902
Tributos	6.635.924
Convênio	324.875
Folha de pagamento	926.589
Consignações	1.227
Locação de box	(15.558)
Depósito	(2.150)
Processo/custas	1.853.561
Orçamentário	55.443
Diárias	6.774
Suprimento individual	34.306
Extra orçamentário	1.663.009
	69.914.902

5. ESTOQUES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais de Consumo	79.606	78.745
Materiais de Construção	90.774	90.774
	<u>170.380</u>	<u>169.519</u>

O controle físico-financeiro da conta de Estoques não está integrado com a contabilidade. O sistema de controle de estoque opera em uma plataforma diferente do E-FISCO, impossibilitando assim a integração dos sistemas. Desta forma, o registro contábil da movimentação nessa conta está sendo feito manualmente com base em relatórios gerenciais emitidos pelo setor responsável e ajustado com base no inventário físico existente em 31/12/2023.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
COFINS a Compensar	8.974	8.974
ISS a Compensar	292.077	292.077
IRRF s/ Aplicação Financeira	901.232	829.138
Outros Tributos a Recuperar	320.460	168.132
	<u>1.522.742</u>	<u>1.298.321</u>

7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS E OUTROS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamentos a Empregados	2.206.948	2.051.682
Auxílio Doença	36.147	36.147
Suprimentos de Fundos/Repasse Institucional	5.902	3.902
Outros Adiantamentos	4.172.606	4.172.606
	<u>6.421.603</u>	<u>6.264.337</u>

O montante dos outros adiantamentos, corresponde em sua maioria ao recolhimento de ISS das operadoras de ônibus pelo Consórcio. Esses valores já foram recuperados, mas não

foram lançados por falta de conta específica no E-fisco para os lançamentos decorrentes do fechamento da Câmara de Compensação Tarifária (CCT). As contas de arrecadação, onde os valores deveriam ser baixados, não possuem saldo suficiente para lastrear tais lançamentos. Já foi pedido a Secretaria da Fazenda a criação da conta, em especial, para atender ao CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiros, considerando as características qualitativas fundamentais: a relevância e a representação fidedigna.

8. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras despesas correntes	5.104.017	44.133.472
	<u>5.104.017</u>	<u>44.133.472</u>

Nesta conta foi registrado o valor de R\$ 5.104.017 que se refere aos pagamentos de bloqueios judiciais de ação trabalhista e civil realizados contra o CTM.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Essa conta representa os depósitos efetuados com a finalidade de recursos judiciais em função da contestação por parte do CTM, sendo dividida em trabalhistas e cíveis. O montante de R\$ 8.786.792 está dividido da seguinte maneira:

2023			
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Depósitos Judiciais	3.920.204	1.027.269	4.947.473
Depósitos para Recursos	3.467.324	371.994	3.839.319
	<u>7.387.528</u>	<u>1.399.263</u>	<u>8.786.792</u>

2022			
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Depósitos Judiciais	3.090.388	1.019.108	4.109.496
Depósitos para Recursos	3.622.207	377.534	3.999.742
	<u>6.712.595</u>	<u>1.396.642</u>	<u>8.109.237</u>

10. IMOBILIZADO

	SALDO EM 31/12/2022 <i>Reclassificado</i>	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2023
GRCTM – IMOBILIZADO						
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.251.282	-	-	-	-	1.251.282
MÁQUINAS EQUIP. E FERRAMENTAS	1.988.942	53.643	-	-	-	2.042.585
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3.367.500	35.340	-	-	-	3.402.840
TOTAL	6.607.725	88.983	-	-	-	6.696.707
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO						
TI PE-22	2.883.871	-	-	-	-	2.883.871
TI PRAZERES	176.009	-	-	-	-	176.009
TI COSME E DAMIÃO	268.229	-	-	-	-	268.229
TI AFOGADOS	251.161	-	-	-	-	251.161
TI SANTA LUÍZA	35.475	-	-	-	-	35.475
TOTAL	3.614.745	-	-	-	-	3.614.745
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO						
FORTE DO BRUM	147.402	-	-	-	-	147.402
TOTAL	147.402	-	-	-	-	147.402
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (-)						
GRCTM – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(4.408.296)	(201.257)	-	-	-	(4.609.553)
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(1.706.953)	(144.590)	-	-	-	(1.851.543)
TOTAL	(6.115.250)	(345.847)	-	-	-	(6.461.096)
TOTAL LÍQUIDO	4.254.623	(256.864)	-	-	-	3.997.759

11. INTANGÍVEL

	SALDO EM 31/12/2022	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2023
SOFTWARES						
SOFTWARES EM USO	2.807.560	19.979	-	-	-	2.827.538
TOTAL	2.807.560	19.979	-	-	-	2.827.538
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS						
CORREDORES/BRT/TRO	4.179.492	-	-	-	-	4.179.492
TOTAL	4.179.492	-	-	-	-	4.179.492,27
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)						
SOFTWARES	(1.910.712)	-	-	-	-	(1.910.712)
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS	(2.368.379)	(278.633)	-	-	-	(2.647.012)
TOTAL	(4.279.091)	(278.633)	-	-	-	(4.557.724)
TOTAL LÍQUIDO	2.707.961	(258.654)	-	-	-	2.449.307

12. FORNECEDORES

	2023	2022 Reclassificado
Fornecedores Pagos com Recursos Próprios	58.430.902	59.720.324
Fornecedores a pagar	41.790.739	75.029.314
	100.221.641	134.749.638

Contabilizados pelos seus valores brutos, dos quais foram pagos com recursos próprios do CTM durante exercícios anteriores, o valor de R\$ 58.430.902. Até o momento, esses valores não foram baixados devido à falta de previsão orçamentária para esses recursos financeiros.

Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos adicionais para a devida regularização desse montante. Sendo assim, o valor total dos fornecedores no balanço patrimonial não é fidedigno à realidade, bem como as disponibilidades do CTM, descrita na nota explicativa 4.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
		Reclassificado
Ressarcimento de Pessoal	2.996.137	3.244.134
Outras Obrigações com Pessoal	22.480.346	7.091.326
Imposto de Renda retido sobre a Folha de Pagamento	1.604.208	1.352.725
INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	316.707	334.152
Encargos Sociais a Pagar	2.070.399	1.196.796
Férias - Empresas - 1/12	2.682.704	2.992.466
INSS sobre Férias - Empresas - 1/12	-	623.929
FGTS sobre Férias - Empresas - 1/12	214.255	239.397
Folha Pessoal da UG – Incorporação	-	25
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exercícios Anteriores	323.979	323.979
Obrigações de Pessoal – Extra folha	15.268.094	27.858
	25.476.483	10.335.460

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
		Reclassificado
Impostos a Recolher	2.219.675	5.366.260
Obrigações Fiscais a curto prazo	1.277.029	1.124.608
Imposto de Renda retido, exceto sobre a Folha de Pagamento	28.817	574.679
Imposto sobre Serviços retido de PF e PJ	300.941	3.054.084
Depósitos de Terceiros – Jaboatão	585.074	585.074
Depósitos de Terceiros – Olinda	27.815	27.815
Contribuições a Recolher	285.224	2.666.032
INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	185.740	2.582.567
Valores Restituíveis	99.485	83.466
Consignações a Recolher	187.830	205.201
	2.692.729	8.237.493

15. VALORES RESTITUÍVEIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Conv. GRCTM/CBTU Repartição Tarifária	3.593.133	3.593.133
Conv. CBTU/STU/REC	1.998	1.998
Repasse Caixa Econômica Federal	2.449.371	2.449.371
	<u>6.044.502</u>	<u>6.044.502</u>

Saldo da conta Convênio GRCTM/CBTU/Repartição Tarifária se refere a valores depositados pelos convenientes CTM/CBTU/REC, que se originou dos valores da integração ônibus/metrô nos termos no convênio de cooperação técnica e financeira da repartição tarifária. O saldo Convênio CBTU/STU/REC é proveniente da venda de bilhetes do metrô (bilhete de papel), pela gerência comercial (GCOM) e posterior depósito por meio de GRU a CBTU/STU/REC. A conta Repasse da Caixa Econômica Federal teve seu saldo originado pelas transferências de recursos financeiros da união para o estado, como interveniente executor a EMTU/Recife, que pela sua extinção e incorporação à PERPART, foi sucedida pelo CTM que deu continuidade ao cumprimento do contrato de repasse.

16. CONTA CORRENTE DO STPP

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a receber do STPP	(59.096.793)	(59.096.793)
Contas a pagar do STPP	52.819.596	49.324.995
Arrecadação antecipada	71.956.132	75.332.341
	<u>65.678.936</u>	<u>65.560.543</u>

Contas a Receber do STPP

A RST representa a Receita por Serviços Técnicos, que é a remuneração proveniente da administração do STPP, pelo Grande Recife. A RST auferida nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 foi mensurada, aplicando-se um percentual de 4% (quatro por cento) sobre a quantidade de passageiros transportada no ano anterior, multiplicado pela tarifa média. O saldo referente ao Contas a Receber do Sistema está composto pelos valores dos Adiantamentos STPP e Outros Valores a Receber.

Contas a Pagar do STPP

O saldo referente ao Contas a Pagar corresponde às Obrigações do Consórcio vinculadas ao Sistema. As obrigações do GRCTM/STPP estão constituídas principalmente por compromissos assumidos através de convênios realizados com as prefeituras das cidades do Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, para transferência de taxas administrativas e outras obrigações.

Arrecadação Antecipada

Os saldos demonstrados acima refletem a comercialização de Vale-transporte de papel e crédito para Vale Eletrônico Metropolitano (VEM) Estudantil. Esses recursos serão transferidos para as operadoras na quinzena em que o passageiro fizer uso desses créditos, através de resgates apurados após os descontos competentes.

Conta Garantia de Tarifas

Foi instituída a Conta Garantia de Tarifas, por meio da publicação da Lei Estadual nº 15.189/2013, em que se depositem as receitas tarifárias do STPP/RMR e da qual só se realizem saques prioritariamente em favor dos operadores do STPP/RMR partícipes em instrumentos de concessão ou permissão de operação do STPP/RMR e a CBTU.

17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2023	2022
Depósitos de Cauções de Terceiros	43.872	43.872
Depósitos de Terceiros	5.688.989	4.228.571
	5.732.861	4.272.442

Depósitos de cauções de terceiros consiste nos valores dados em garantias contratuais previstas na lei nº 8.666/93, art. 56.

Depósitos de terceiros representam os valores relativos a convênios celebrados com entidades estudantis, bem como Receita de Veiculação e Propaganda em Ônibus – RVPO, instituída pela resolução nº 003/99, do conselho metropolitano de transportes urbanos - CMTU.

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	2023	2022
Processos Cíveis	42.659.589	42.659.589
Processos Trabalhistas	10.123.381	6.626.294
	52.782.971	49.285.883

A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências cíveis e trabalhistas julgadas suficientes para cobrir prováveis perdas sobre os processos atualmente em andamento.

19. RESÍDUOS DE CRÉDITOS DO STPP

	2023	2022
Contas a Receber	(28.462.344)	(28.462.344)
Contas a Pagar	912.719	912.719
Arrecadação para o mês seguinte	96.606.340	96.606.340
Poisção da CCT	194.414	194.414
	69.251.130	69.251.130

Em 12 de dezembro de 2013, através do Artigo 17, Parágrafo Único, e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190, promulgada pelo Governo do Estado de Pernambuco, foi definido o prazo para prescrição dos créditos adquiridos pelos usuários para utilização no Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP/RMR, que por diversos motivos não são utilizados, e qual a destinação que os créditos não utilizados (Resíduos) poderão ter.

Anteriormente à promulgação dessas Leis, inexistiam instrumentos legais que definissem a caducidade dos créditos adquiridos pelos usuários do STPP/RMR, e uma vez existindo os mesmos, qual a sua destinação.

Artigo 17 e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190:

Art. 17. Os créditos oriundos das vendas antecipadas de bilhetes do STPP/RMR, sejam créditos de VEM Estudante, VEM Comum, VEM Trabalhador ou de qualquer outro tipo de vale existente ou a ser criado, quer tais créditos já tenham sido adquiridos, quer sejam adquiridos após a publicação desta Lei, todos têm validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

I. Se houver subsídios tarifários instituídos por quaisquer dos entes consorciados, tais valores devem ser utilizados para cobrir os montantes correspondentes aos concessionários do

STPP/RMR conforme critérios de cálculo estabelecidos nos instrumentos de concessão de operação do STTP/RMR;

II. Inexistindo subsídios tarifários, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR, tais valores devem ser apropriados pelo CTM para custear as despesas com manutenção do STP/RMR ou com a manutenção dos bens públicos afetados ao STPP/RMR;

II. Inexistindo subsídio tarifário, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR e não sendo o CTM entidade dependente, tais valores devem ser apropriados pelo CTM e devem ser utilizados unicamente para custear investimentos no STPP/RMR.

A partir de 17/04/2020, os créditos caducados previstos na Lei Estadual nº 15.190/2013, Art. 17, foi revogado pela Lei Estadual nº 16.861/2020.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social Subscrito, a Integralizar e Integralizado

Capital Social Subscrito	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar	<u>(424.300)</u>
Capital Social Subscrito e Integralizado	<u><u>575.700</u></u>

O saldo do capital social subscrito é representado por 1.000.000 milhão de quotas com o valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 575.700,00 (Quinhentos e Setenta e Cinco mil e Setecentas) pertencentes ao Governo do Estado de Pernambuco, 350.000 (Trezentos e Cinquenta) pertencentes à Prefeitura da Cidade do Recife e 74.300 (Setenta e Quatro mil e Trezentas) pertencentes à Prefeitura da Cidade de Olinda.

20.2 Prejuízos Acumulados

A conta de prejuízos acumulados foi impactada em 2023 pela ocorrência de prejuízo do exercício no valor de R\$ 16.687.129 (dezesesseis milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, cento e vinte e nove reais).

20.3 Recursos para Aumento de Capital

O valor de R\$ 34.991.410 (trinta e quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e dez reais) corresponde ao aporte realizado pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades para manutenção e reforma de Terminais Integrados e Mini Terminais, elaboração de projetos de terminais e corredores, contratação de consultoria para licitação das linhas, sistema de monitoramento da frota, que serão posteriormente incorporados ao imobilizado da sociedade.

Segundo disposto no capítulo III, cláusula sétima, parágrafo nono, do Contrato Social do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, o capital social seria integralizado no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura (17 de junho de 2008) mediante contribuição em dinheiro, bens móveis ou imóveis. No entanto, até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apenas o Governo do Estado de Pernambuco havia integralizado o seu capital subscrito.

20.4 Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2015	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(133.533.209)</u>	<u>(97.966.099)</u>
Retificação de erros				5.465.394	5.465.394
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(128.067.815)</u>	<u>(92.500.705)</u>
Prejuízo do exercício				(30.699.764)	(30.699.764)
Saldos do Exercício em 31/12/2016	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(158.767.579)</u>	<u>(123.200.468)</u>
Retificação de erros				(700.489)	(700.489)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(159.468.068)</u>	<u>(123.900.956)</u>
Prejuízo do exercício				(60.916.790)	(60.916.790)
Saldos do Exercício em 31/12/2017	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(220.384.858)</u>	<u>(184.817.747)</u>
Retificação de erros				42.398.919	42.398.919
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(177.985.939)</u>	<u>(142.418.826)</u>
Prejuízo do exercício				(31.152.109)	(31.152.109)
Saldos do Exercício em 31/12/2018	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(209.138.048)</u>	<u>(173.570.937)</u>
Retificação de erros				(475.882)	(475.882)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(209.613.930)</u>	<u>(174.046.819)</u>
Lucro do exercício				10.001.725	10.001.725
Saldos Iniciais Ajustados 31/12/2019	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(199.612.205)</u>	<u>(164.045.093)</u>
Retificação de erros				(4.851.262)	(4.851.262)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(204.463.468)</u>	<u>(168.896.356)</u>
Prejuízo do exercício				(2.216.334)	(2.216.334)
Saldos do Exercício em 31/12/2020	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(206.679.802)</u>	<u>(171.112.692)</u>
Retificação de erros				76.383	76.383
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(202.121.061)</u>	<u>(166.553.951)</u>
Prejuízo do exercício				(9.516.632)	(9.516.632)
Saldos do Exercício em 31/12/2021	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(211.637.693)</u>	<u>(176.070.583)</u>
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(211.637.693)</u>	<u>(176.070.583)</u>
Prejuízo do exercício				(54.176.867)	(54.176.867)
Saldos do Exercício em 31/12/2022	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(265.814.560)</u>	<u>(230.247.450)</u>
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(239.684.925)</u>	<u>(204.117.815)</u>
Prejuízo do exercício				(16.687.129)	(16.687.129)
Saldos do Exercício em 31/12/2023	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(256.372.053)</u>	<u>(220.804.943)</u>

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
		Reclassificado
Receita de Multas e Infrações	361.315	270.321
Receita de Carteira de Estudante/CIE's	1.131.009	1.225.166
Box	40.440	103.620
	1.532.764	1.599.108

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de Terceiros Pessoa Física	(96.320)	(38.014)
Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	(16.560.822)	(33.006.318)
Serviços de Energia Elétrica	(470.612)	(608.517)
Serviços de Água e Esgoto	(631.322)	(195.283)
Serviços Médico Hospitalares	(4.540.140)	(4.586.580)
Serv. Gráficos de encadernação	(14.103)	(168.456)
Serviços Judiciários e cartoriais	(173.917)	(174.487)
Serviços de limpeza e conservação	(31.587)	(158.832)
Serviços de Tecnologia da Informação	(6.842.322)	(5.580.235)
Serviços de cópias e reprodução de documentos	(104.387)	(40.046)
Consultoria e Assessoria – Jurídica	(488.677)	(1.013.389)
Honorários Sucumbenciais	(72.040)	(10.617)
Locação de Mão de Obra	(14.755.986)	(40.254.151)
Locação de Imóveis	(159.082)	(109.298)
Locação de Máquinas e Equipamentos	(365.352)	(581.430)
Locação de Bens Móveis de Outras Naturezas	-	(24.985)
Locação de Veículos Automotores	(497.284)	(509.262)
Armazém	-	(304.109)
Manut. Conserv. Bens Imóveis	(129.468)	(4.448.351)
Vale Refeição/Vale Alimentação	(4.152.779)	(4.791.022)
Atividades artísticas, Culturais	(28.046)	(15.625)
Dedetização/Tratamento de Resíduos e Afins	(21.737)	(1.837.415)
Seguros em Geral	(138.400)	(109.507)
Publicidade	(47.837)	(59.899)
Passagem para servidores para dentro do Estado	(8.392)	(3.279)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(624.479)	(679.765)
Outras sentenças judiciais	(3.682.688)	(754.682)
Provisões Trabalhistas	(5.797.028)	(4.024.574)
Provisão para perdas de crédito	(33.055)	(789.659)
Outras	(1.120.830)	(5.562.352)
	(61.588.693)	(110.440.135)

23. DESPESAS PESSOAL E ENCARGOS

	2023	2022
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras	(36.959.298)	(56.501.268)
Encargos Previdenciários	(8.644.533)	(8.568.330)
Encargos Patronais - FGTS	(2.541.043)	(2.570.460)
Pessoal Requisitado a Outros Órgãos	(1.010.147)	(484.415)
Outras	-	(14.271)
	(49.155.021)	(68.138.743)

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2023	2022
Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	(123.732)	(23.926)
Impostos	(153.538)	(31.292)
Taxa – JUCEPE	(396)	(792)
C.I.M., Taxa de limpeza Urbana, Taxa de Vigilância Sanitária, TSD (PREF.)	(16.872)	(875)
DEA – Outras Taxas	(47.818)	(347)
Contribuições Sociais	(22.317)	(18.658)
Juros e Encargos de Mora	(120.127)	(37.673)
Outras Taxas	(1.402)	(1.102)
	(486.202)	(114.664)

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Auxílio Funeral	(31.519)	(33.620)
Auxílio creche	(68.014)	(73.815)
Auxílio Educação	(39.915)	(53.738)
Auxílio dependente deficiente	(39.141)	(31.413)
Uso de material de consumo	(419.470)	(2.050.545)
	(598.060)	(2.243.131)

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Outras Transferências não Financeiras Recebidas	37.427	42.679
Ganhos com Incorporação de outros direitos	131.120	145.642
Ganhos com Cancelamento de Restos a Pagar	406.767	1.846.163
Ganhos com outras Desincorporações de Passivos	3.184.727	3.111.708
Reversão de Provisões	2.299.940	2.452.145
Reversão de Ajustes de Perdas de Créditos	3.477	5.100
Recuperação de despesas Orçamentárias	8.892	-
Ressarcimento de pessoal	372.649	-
	6.444.999	7.603.437

27. TRANSFERÊNCIA LÍQUIDAS DO TESOIRO ESTADUAL

	2023	2022
Transferências Financeiras Recebidas do Órgão Central	359.325.662	479.735.816
Transferências Financeiras Entre Unidades Gestoras	96.978.966	-
	456.304.629	479.735.816

28. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

O consórcio mantém contrato de seguros, na modalidade de seguro de vida em grupo, num total de 228 segurados, sendo nos valores de R\$ 57.963,65, para 160 segurados e R\$ 80.000,00, para 68 segurados, conforme apólice nº 1019300519338, da CAPEMISA SEGURADORA, em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023.

29. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS, PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS E CORREÇÕES DE ERROS

29.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

29.2 Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

29.3 Correção de erros imputáveis a exercícios anteriores

No exercício corrente foi identificado erro imputável a exercícios anteriores, decorrente de folha de pagamento, fornecedores, suprimento individual e indenizações e restituições.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Fornecedores			2.527.196	
Folha de pagamento			23.187.478	
Cofins			195	
IOF			1.210	
ISS			3	
Indenizações e restituições			421.498	
Veículos			(7.946)	
Total			26.129.636	

	BALANÇO COMPARADO APÓS AJUSTES		AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES	ANTES DO AJUSTE
ATIVO	2023	2022		2022
CIRCULANTE		Reapresentado		
Imobilizado	3.997.759	4.254.623	(7.946)	4.262.568
TOTAL DO ATIVO	147.082.026	147.074.081	(7.946)	147.082.026
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	100.221.641	134.749.638	2.527.196	137.276.835
Salários e Encargos Sociais	25.476.483	10.335.460	23.187.478	33.522.938
Impostos, Taxas e Contribuições	2.692.729	8.237.493	1.408	8.238.902
Outras Obrigações	1.847.415	2.396.277	421.498	2.817.775
PASSIVO				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Prejuízos Acumulados	(256.372.053)	(239.684.925)	(26.129.636)	(265.814.560)
TOTAL DO PASSIVO	147.082.026	147.074.081	(7.946)	147.082.026

Os Ajustes de Exercício anteriores registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável ao exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os valores relativos a ajustes na conta Salários e Encargos Sociais, referem-se a estorno da liquidação da despesa pública com a aquisição de vale-transporte dos servidores do Estado, que são classificados nesta conta contábil, cujo estorno refletiu no patrimônio líquido, considerando ser de exercício anterior.

Os valores relativos a ajustes na conta de Fornecedores, foram realizados para regularização documento hábil - DH devido a valores registrados em duplicidade.

Os demais valores registrados na conta de exercícios anteriores foram realizados, para regularizar os lançamentos realizados em duplicidade.

30. DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO, LEI Nº 13.303/2016, ART. 8º, INCISO VI.

Programa/Ações/Subação (A)			Dotação autorizada (B)	Despesa liquidada (C)	% C/B (D)	Meta física realizada (G)	Comentários (H)
1	1085- Programa de Comunicação com os Usuários do STPP/RMR						
1.1	4678 - Manutenção da central de atendimento aos clientes do STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	1.508.000,00	1.317.689,12	87,38%	Manutenção realizada	A central de atendimento ao cliente funciona de forma híbrida com atendimento na sede e nos TIs sendo o horário dos atendimentos presenciais é das 7 as 17 horas de segunda a sábado e o atendimento pelo WhatsApp das 5:30 as 21:30 horas diariamente, com 46 atendentes e sendo eles pessoas com necessidades especiais contratadas por meio de convênio firmado com quatro instituições quais sejam: IICPE, CESR, ABDF e APEC. A central recebeu em média 73.177 ligações pedindo informações e sugestões e 14.112 reclamações sobre o STPP/RMR. As reclamações recebem tratamento e servem de subsídio a avaliação das empresas operadoras do sistema.
2	1031-Melhoria da Mobilidade Urbana						
2.1	4681 - Manutenção e Operacionalização dos Terminais e Miniterminais	0000 - Outras Medidas	2.496.000,00	973.756,28	39,01%	Manutenção realizada	Pagamento referentes a despesas com vigilância, limpeza, portaria, celpe e compesa dos miniterminais de bairro
		1951- Manutenção e operacionalização do Terminal Santa Rita	727.300,00	411.647,37	56,60%	Manutenção realizada	Pagamento referentes a despesas com vigilância, limpeza, portaria, celpe e compesa do terminal de Cais de Santa Rita
2.2	3877- Manutenção e Operacionalização das Estações de BRT	0000- Outras Medidas	1.000.000,00	2.436.692,38	243,67%	Serviço realizado	Pagamento de porteiros e compesa
2.3	4682 - Implantação do BRT nos corredores Norte-Sul e Leste-Oeste/RMR	0000 - Outras Medidas	1.000.000,00	0,00	0,00%	0	
		0000 - Outras Medidas	1.100.000,00	0,00	0,00%	0	

3	1086-Operacionalização do Sistema de Transporte Público de Passageiros - STPP/RMR					
		0000 - Outras Medidas	450.000,00	0,00	0,00%	0
3.1	4685 - Subsídio às Empresas Operadoras do STPP/RMR	1958-Concessão de subsídio às Linhas Alimentadoras	14.040.000	20.924.063	149,03%	Serviço realizado O percentual mais alto deve-se ao fato do orçamento inicial ter sido aquém do valor estimado para pagamento do serviço prestado pelas das empresas permissionárias
		1959-Concessão de subsídio ao Corredor Norte/Sul	24.556.000,00	76.516.449,41	311,60%	Serviço realizado O percentual mais alto deve-se ao fato do orçamento inicial ter sido aquém do valor estimado para pagamento de subsídio às operadoras , conforme contrato
		1960-Concessão de subsídio ao Corredor Leste/Oeste	33.280.000,00	54.287.180,83	163,12%	Serviço realizado O percentual mais alto deve-se ao fato do orçamento inicial ter sido aquém do valor estimado para pagamento de subsídio às operadoras , conforme contrato

3.2	3929- Realizar acompanhamento do controle de concessão da PPP da operacionalização e manutenção dos terminais e estações dos BRTs	0000-Outras Medidas	54.600.000,00	56.099.025,64	102,75%	Serviço realizado	Pagamento realizado a NOVA MOBI conforme contrato de PPP para operacionalização e manutenção de 26 terminais de integração e 44 estações de BRTs na RMR.
		B508 - Realização de despesas com verificador Independente para acompanhamento de contratos de PPP - Terminais	624.000,00	0,00	0,00%	0	Serviço não contratado
3.3	1313 - Ampliação e melhoria do sistema de bilhetagem eletrônica para os usuários do STPP/RMR	1126 - Inserção da gratuidade do cartão eletrônico VEM Estudantil	32.211.818,01	32.211.818,01	100,00%	1	O ano de 2023 fechou com 239.797 cartões sendo deste 71.686 cartões ativos no programa.

* Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária

LEGENDA:

- (A) O nome dos programas, ações e subações conforme a Lei Orçamentária Anual
- (B) Dotação orçamentária original+suplementações-cancelamentos ocorridos no exercício financeiro
- (C) Total da despesa liquidada por programas e ações
- (D) Percentual alcançado (C/B)
- (E) Produto em relação à meta física estipulada
- (F) Resultado físico previsto
- (G) Resultado físico alcançado
- (H) Esclarecimentos técnico quanto aos resultados físicos e financeiros(obrigatoriamente quando do não atingimento das metas)
- (I) Indicador previsto para medição do programa

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Sociedade considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2023 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 15 de abril de 2024.

32. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

32.1. Tratativas com a SEPLAG/PE sobre a possibilidade de abertura de Créditos Adicionais para regularização Contábil dos pagamentos realizados sem orçamento.

A Administração do CTM vem mantendo contato com a SEPLAG/PE, visando regularizar os valores relativos aos pagamentos realizados sem orçamento nos exercícios anteriores, como caixa e equivalente de caixa, fornecedores, entre outros passivos, no sentido de encontrar uma solução conjunta, visando a possibilidade de abertura de créditos adicionais, orçamentários,

para regularização desses valores, com seus registros no e-fisco, por meio de envio de ofício à SEPLAG, conforme consta na nota explicativa 4.1, bem como tratativas instruídas pelo processo SEI nº 0050500059.000065/2024-20.

No dia 31/01/2024, foi realizada uma reunião com a SEPLAG, onde ficou estabelecido que, para dar andamento ao processo, faz-se necessária a informação da Sub-ação e origem da receita. Atualmente, o CTM está realizando o levantamento das informações solicitadas.

Recife, 15 de abril de 2024.

Aubiérgio Barros de Souza Filho
Diretor de Gestão Organizacional
CPF: 338.835.054-04

Thiago Augusto Pinto Ribeiro
Contador – CRC/PE: 24.062
CPF: 034.313.664-97